



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9123 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

O SURDO NOS DISCURSOS DO CURRÍCULO: QUEM É ESTE SUJEITO?

Ana Gabriela da Silva Vieira - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

O SURDO NOS DISCURSOS DO CURRÍCULO: QUEM É ESTE SUJEITO?

**Resumo:** Nos Projeto Político Pedagógicos e Regimentos Escolares das instituições educacionais, para além de um projeto administrativo, filosófico e pedagógico, há também concepções de sujeitos veiculadas em seus discursos. No que diz respeito às Escolas Bilíngues para surdos, pode-se compreender que, nos seus discursos curriculares, operam modos de subjetivação do aluno surdo. A partir de uma perspectiva teórico-metodológica foucaultiana, foi proposta uma pesquisa que estudou documentos curriculares de três escolas de surdos no estado do Rio Grande do Sul, a fim de interrogar que modos de ser surdo estão sendo produzidos nos discursos do currículo. A análise discursiva permitiu encontrar três enunciados em funcionamento, que compreendem o surdo enquanto cidadão de direitos, enquanto indivíduo não incapacitado e enquanto um sujeito-aluno.

**Palavras-chave:** Surdo; Currículo; Discurso; Sujeito.

### Introdução:

“Ser surdo” não é uma espécie de verdade apriorística, imbricada na essência dos sujeitos que nascem com a marca corporal do “não ouvir” ou são, posteriormente, marcados por ela. Partindo de uma teorização foucaultiana, compreendemos que “ser surdo” faz parte de um jogo de verdade, de uma ordem discursiva instituída socialmente como legítima e verdadeira. Neste sentido, falar em “surdo” ou “surdez” hoje não é a mesma coisa que fazê-lo cinco décadas atrás, ou muito menos cinco séculos antes disso. O sujeito surdo não é universal, mas fabricado, construído em cada contexto espacial e temporal, a partir das relações de poder que lá funcionam.

Para problematizar esses discursos que circulam na atualidade – e de forma mais específica, no campo da educação – subjetivando os sujeitos surdos, investigamos os documentos curriculares de três[1] instituições situadas no estado do Rio Grande do Sul voltadas ao atendimento de alunos surdos. Analisamos dois documentos de cada uma das escolas: seu Regimento Escolar e seu Projeto Político Pedagógico[2]; por entender que mais do que apresentar a concepção educacional e filosófica das escolas, tais textos veiculam discursos nos quais há determinadas compreensões do que é ser sujeito surdo.

## Sujeito surdo, escola de surdos:

Foucault (1991) nos ensina acerca da emergência da escola enquanto uma instituição disciplinar moderna; distinguindo-se das tecnologias de poder mais difundidas anteriormente no cenário europeu, muito vinculadas à soberania dos reis e à força da lei, a disciplina torna-se um mecanismo de poder que está imbricado na episteme moderna, e que se caracteriza pela docilização dos corpos dos sujeitos, pela necessidade de torná-los socialmente úteis.

No âmbito da escola, Foucault (1991) explicita que fatores como a hierarquia, a distribuição arquitetônica dos espaços, a separação dos alunos em níveis educativos, as práticas de avaliação, e outros elementos que fazem parte do cotidiano da escola moderna, são estratégias do poder disciplinar, que atuam na normalização dos corpos dos sujeitos.

No curso “Os Anormais”, ministrado no *Collège de France*, Foucault (2002) menciona – entre outros sujeitos – o sujeito surdo [3], que foi tido como anormal, devido à incorrigibilidade de seu “não ouvir”. A dimensão da incorrigibilidade, no entanto, não excluiu o sujeito surdo das estratégias disciplinares normalizadoras, tanto na área médica quanto na educacional. Isso se deu, sobretudo, a partir da já muito mencionada proposta de educação oralista para os surdos, negando a utilização das línguas de sinais e lançando mão de pedagogias voltadas à aquisição da língua oral.

Witchs (2018) argumenta como, nesta perspectiva, a educação dos sujeitos surdos assume um viés intensamente linguístico, cujo avanço da escolarização se dava – aqui no Brasil – pelo aprendizado da língua portuguesa. Neste sentido, comunicação oral e auditiva é a norma, e o surdo é alvo de tecnologias normalizadoras, visando assemelhá-lo ao ouvinte.

Sabemos que, embora normas ouvintes não tenham deixado de incidir sobre os surdos, hoje em dia, novas discursividades vem fazer parte do cotidiano social e educacional destes sujeitos. A perda de força destas normas ouvintes (sobretudo na comunicação) não corresponde, no entanto, à ausência de estratégias disciplinares funcionando no interior das escolas de surdos atuais ou à libertação em relação a qualquer estratégia normalizadora que funcione em nossa sociedade. Os surdos – como qualquer sujeito – permanecem sendo subjetivados por uma série de mecanismos de poder que circulam e reverberam a partir dos discursos.

Ao tratar de “pedagogias surdas” ou de uma “educação bilíngue para surdos”, autoras como Muller e Karnopp (2015), Formozo (2013), Nascimento e Costa (2014) e outros vem levantando argumentos no sentido de que é preciso que as práticas educativas levem em conta as características históricas e culturais dos surdos – como são o caso da visualidade e do uso das línguas de sinais – e que as escolas de surdos estejam em diálogo com as comunidades surdas, a fim de perceber as demandas das mesmas.

Não apenas nos textos acadêmicos, essas reivindicações vem aparecendo nas demandas das comunidades surdas brasileiras e em leis e políticas públicas. Isso não significa, porém, uma libertação da normalização, mas o aparecimento de outras estratégias normalizadoras, voltadas a um governo do sujeito surdo que é mais produtivo e eficiente na atualidade.

É compreendendo que os sujeitos surdos são constantemente subjetivados por tais estratégias de normalização e controle, que buscamos compreender quais delas estão operando em alguns dos discursos do currículo de escolas bilíngues para surdos. Para tanto, fizemos uso de um procedimento teórico-metodológico foucaultiano, para mobilizar poder e discurso enquanto ferramentas conceituais que serviram à análise dos currículos. Disto trataremos a seguir.

### **Poder, discurso e currículo:**

Ao teorizar acerca do discurso, Foucault (2014) argumenta que a circulação dos discursos está atrelada aos mecanismos de poder que operam em determinado contexto social. Todas as sociedades tem uma ordem discursiva vigente, que legitima determinados discursos como verdadeiros e permite que estes circulem. Nesta lógica, aquilo que se pode ou não enunciar, quem pode ou não enunciar, são aspectos relacionados às estratégias de poder em funcionamento.

Assim, na perspectiva foucaultiana, o discurso não é criação individual de ninguém ou produção maquaviética de um grupo para manipular outrem. As experiências do sujeito não são pré-discursivas; mas, de outra forma, constituídas nos discursos. Portanto, o sujeito enuncia aquilo que é possível enunciar, em dado contexto social e histórico. Na análise discursiva, não cabe pensar aquilo que o discurso oculta, ou uma intenção que estaria “por trás”; de outra forma, trata-se de pensar o que é dito, quais efeitos isso produz e quais as condições de aparecimento desses discursos.

Ao pensar a análise do discurso, Foucault (1972) entende este conceito enquanto um grupo de enunciados que emergem como acontecimentos discursivos, sempre em relação com outros enunciados que integram a mesma e/ou outras formações discursivas. É na medida em que são parte dos discursos que os enunciados podem emergir, funcionar, produzir sentidos. Os enunciados, para Foucault (1972) não são a mesma coisa que uma unidade linguística, gramatical ou lógica. Eles são, de outro modo, funções – funções no sentido de funcionar nos atos de linguagem, permiti-los existir como são.

Ao analisar os currículos de três escolas de surdos – na realidade, de forma mais recortada, os seus Regimentos Escolares e Projeto Político Pedagógicos, que consideramos relevantes documentos curriculares para pensar acerca da subjetivação do surdo – tomamos esses textos em seus aspectos discursivos. Assim, a leitura minuciosa dos mesmos buscou encontrar recorrências discursivas, querendo investigar que enunciados sobre o sujeito surdo estariam funcionando, materializando-se no texto dos currículos.

De forma aliada às teorias pós-críticas do currículo – mais especificamente às pós-estruturalistas – compreendemos este artefato como sendo produzido e, ao mesmo tempo, produtivo. Silva (2014) argumenta que a perspectiva pós estruturalista aponta para a instabilidade dos processos de significação, de modo que “o significado não é pré-existente, ele é cultural e socialmente produzido. Como tal, mais do que sua fidelidade a um suposto referente, o importante é examinar as relações de poder envolvidas na sua produção” (SILVA, 2014, p.123).

### **Quem é este sujeito?:**

Ao analisar os materiais que compunham nossa rede documental, percebemos a recorrência de três enunciados, funcionando em variados excertos dos textos. São eles: o enunciado do surdo como cidadão de direitos, o enunciado do surdo como indivíduo não incapacitado e o enunciado do surdo como sujeito aluno. A seguir, serão feitas considerações a respeito de cada um deles.

O enunciado do surdo como cidadão de direitos materializa-se nos documentos das escolas I, II e III. Trata-se de uma função enunciativa que emerge a partir de uma noção

específica de cidadania e de direitos presente na ordem discursiva vigente em nossa sociedade; que compreende que todo ser humano tem direitos básicos que devem ser garantidos e que todos devemos poder exercer nossa cidadania, independente de etnia, religiosidade, ou qualquer diferença. Essa discursividade se faz presente em vários âmbitos, desde o senso comum, até as legislações e mesmo documentos de pretensão global, como são os documentos da ONU (Organização das Nações Unidas).

Neste sentido, compreende-se que aos sujeitos surdos devem ser garantidos todos os direitos considerados “humanos” e, de forma mais específica, direitos que estão relacionados às minorias sociais ao qual o sujeito surdo pertence: a das PCDs (Pessoas com deficiência) e a de minoria linguístico-cultural. A partir da primeira, o surdo teria direitos de acessibilidade e adaptações curriculares; já a partir da segunda, teria direitos de ser educado em sua própria língua, de acessar sua própria cultura e de pertencer à sua própria comunidade. Longe de opor as concepções da surdez enquanto “deficiência” e enquanto “cultura”, nos discursos veiculados pelos documentos regulares parecem funcionar um enunciado no qual o surdo seria um cidadão com direitos atrelados a ambas as concepções supracitadas.

Encontramos, também, o funcionamento recorrente do enunciado do surdo enquanto indivíduo não incapacitado. Ao falar em um surdo “não incapacitado”, a problematização que se faz é a seguinte: nos discursos analisados nesta pesquisa, não se trata de equivaler o surdo ao ouvinte no que concerne à capacidade de inserir-se nessa sociedade que temos hoje, mas de perceber que, nestes documentos curriculares, se entende a existência de uma incapacitação do surdo e se apresentam propostas de superação desta incapacitação.

O funcionamento deste enunciado está pautado em um modelo de sociedade individualista, pós-moderna e neoliberal, na qual cabe ao indivíduo ser um empreendedor de si e tornar-se útil da melhor maneira possível. O surdo, neste sentido, é subjetivado enquanto alguém que deve vencer qualquer limitação atrelada à comunicação, partindo não apenas da Língua Brasileira de Sinais, mas também da Língua Portuguesa escrita. Além de comunicar-se bem, o surdo precisa, também, dominar os saberes científicos e tecnológicos que a escola ensina e tornar-se alguém capaz de se inserir satisfatoriamente no mercado de trabalho.

Dado que, nas instituições analisadas, o surdo está sobretudo na posição de aluno (embora hajam, também, professores surdos), encontramos um terceiro enunciado, que subjetiva o surdo como sendo um sujeito-aluno. Como aluno, veicula-se que é preciso que o surdo respeite às regras e a hierarquia que a escola tradicionalmente apresenta, desde que emergiu na Modernidade como sendo uma instituição disciplinar. Também, dadas as discursividades recorrentes nas últimas décadas que compreendem a escola em uma perspectiva construtivista, o aluno surdo é visto como aquele que deve participar ativamente da “construção do conhecimento” e tornar-se um “sujeito crítico”.

### **Considerações Finais:**

Ao estudar três escolas de surdos do Rio Grande do Sul, observando seus Regimentos Escolares e Projetos Político Pedagógicos, quisemos buscar recorrências discursivas nestes documentos curriculares para que pudéssemos compreender que enunciados acerca do sujeito surdo estariam funcionando nos mesmos. Encontramos modos de subjetivação operando a partir de três enunciados, que tratam do surdo, respectivamente, como cidadão de direitos, indivíduo não incapacitado e sujeito-aluno.

**Referências:**

- FORMOZO, Daniele de Paula. **Discursos sobre pedagogias surdas**. 2013. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: curso dado no Collège de France (1975)**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MULLER, Janete Inês; KARNOPP, Lodenir Becker. Educação Escolar Bilíngue de Surdos. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., Florianópolis, 2015. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- NASCIMENTO, Sandra Patrícia do; COSTA, Messias Ramos. Movimentos surdos e os fundamentos e metas da escola bilíngue de surdos: contribuições ao debate institucional. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 159-178, 2014.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às Teorias do Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- WITCHES, Pedro H. **Governo linguístico em educação de surdos: práticas de produção do Surdus mundi no século XX**. 2018. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio Sinos.

---

[1] Com a finalidade de preservar o anonimato das referidas instituições educacionais e de suas comunidades escolares, seus nomes não serão mencionados. Dentre as três escolas, uma é municipal, a outra estadual e a terceira privada (filantrópica); serão denominadas neste trabalho, respectivamente, como: Escola I, Escola II e Escola III.

[2] Uma das instituições – a saber, a Escola II – não usa o termo “Político” em seu documento, nomeando-o enquanto “Projeto Pedagógico”.

[3] No curso é utilizado o termo surdo-mudo, comum nos discursos médicos/científicos da Modernidade, que são analisados por Foucault.